

POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: PENSANDO A CIDADANIA E OS DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Crístian Paiva* e Luiz Mello**

Este dossiê reúne seis artigos que tratam de dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas dos debates públicos em torno das homossexualidades, travestilidades e transexualidades. As reflexões aqui apresentadas foram produzidas num cenário - brasileiro e mundial - de reconhecimento legal crescente de direitos civis de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), simultaneamente ao recrudescimento de discursos machistas e homofóbicos, em grande medida fundados em doutrinas religiosas cristãs, que pretendem impor ao conjunto da sociedade valores e crenças que exaltam a suposta naturalidade e sacralidade da heterossexualidade.

Uma preocupação comum ao conjunto dos textos é situar os debates acerca da cidadania, dos direitos humanos e dos estilos de vida de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no contexto mais amplo das transformações sociais e políticas que têm caracterizado o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e no mundo, com ênfase no lugar central ocupado pelo Estado na definição de políticas públicas que favoreçam a construção de um ideário de respeito à diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, as diferentes estratégias adotadas por indivíduos e grupos de militância mostram-se fundamentais com vistas à garantia de direitos básicos para pessoas cujas vidas não se enquadram nos limites da norma heterossexual e

* Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará. Coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS). cristianspaiva@gmail.com

**Professor Associado II, área Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais, e pesquisador do Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - Universidade Federal de Goiás (UFG). luizman@gmail.com

dos estereótipos de gênero, como o acesso ao trabalho, à educação, à saúde e à segurança, mas também em face da necessidade de reconhecimento de distintas formas de configuração familiar e estilos de vida, como se pode observar a partir da breve caracterização dos artigos apresentada a seguir.

Larissa Pelúcio e Tiago Duque, em “...Depois, querida, ganharemos o mundo”: reflexões sobre gênero, sexualidade e políticas públicas para travestis adolescentes, meninos femininos e outras variações”, refletem sobre as condições de vida de adolescentes e jovens travestis, *drag queens* e gays, frequentadoras de uma área de lazer e/ou integrantes de um grupo de ativismo LGBT na cidade de Campinas-SP – área e grupo compreendidos como espaços de sociabilidade e aprendizado. A partir de um olhar etnográfico, os autores destacam como essas adolescentes e jovens estariam construindo outras experiências de vida no feminino, burlando convenções de gênero e sexo e colocando em xeque os rígidos limites das identidades sexuais e de gênero disponíveis, mesmo no âmbito da plurívoca “comunidade LGBT”.

Já no artigo “Do universo perfeito ao cinemão: homossexualidade masculina, deslocamento e desejo na cidade de São Paulo”, Isadora Lins França reflete sobre o universo do mercado de lazer noturno e de sexo, frequentado por homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens, numa perspectiva analítica interseccional, que prioriza marcadores sociais como raça/cor e classe social. A partir de um olhar etnográfico sobre categorias, hierarquias e distinções prevaletentes nas dinâmicas sociais próprias a uma das principais boates gays do país e a outros espaços populares de homosociabilidade, como *cinemões*, a autora ressalta processos e mecanismos de prestígio e afinidades que estruturam a dinâmica do desejo sexual entre homens, mediada por lógicas normativas e de transgressão.

O artigo de Cristian Paiva, “Protagonismo erótico, classificações e formas de sociabilidade de gays idosos”, pontua questões importantes relativas ao processo de envelhecimento homossexual masculino. Através da descrição de incursões etnográficas realizadas em um karaokê realizado numa sauna gay em Fortaleza e em salas de bate-papo num conhecido portal de *internet*, o autor debruça-se sobre classificações, fantasias e interações lúdicas e eróticas intergeracionais. Os contextos investigados trazem à cena “coroas”, “tios”, “maduros”, “50tões”, buscando e sendo buscados, majoritariamente, por “garotões”, “filhos”, “lekes” e “filés”. A noção de “protagonismo erótico”, utilizada pelo autor, permite acessar o poder de agência e negociação

mobilizado pelos sujeitos para construir uma imagem positiva do gay idoso, contra os estigmas que rondam a homossexualidade e a velhice.

Micaela Libson, por sua vez, em “Parentalidades gays y lesbianas: el surgimiento de la temática en la Argentina”, caracteriza o processo de politização dos debates acerca da parentalidade de gays e lésbicas na Argentina, com destaque para seu desenvolvimento recente a partir da atuação do movimento LGTTBI (lésbico, gay, travesti, transexual, bissexual e intersex), bem como a emergência do debate acadêmico sobre o tema em distintos campos disciplinares, especialmente o Psi, em intrínseca relação com o ativismo. A autora procura mostrar como tal processo fez da Argentina o primeiro país latinoamericano a assegurar plenos direitos conjugais e parentais a casais de pessoas do mesmo sexo, a despeito da resistência religiosa de grupos conservadores.

No artigo “Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses”, Luiz Mello, Bruna Andrade Irineu, Cecilia Nunes Froemming e Vinícios Kabral Ribeiro apresentam parte dos resultados da pesquisa “Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar”, com dois focos principais: análise de documentos e programas governamentais relativos à promoção da cidadania LGBT e ao combate à homofobia, nas áreas de trabalho, assistência e previdência social, e compreensão crítica das leituras que gestores governamentais e ativistas LGBT fazem dessas ações, em âmbitos municipal, estadual e federal, com ênfase particular nas complexas relações entre políticas universais e políticas setorizadas.

Por fim, Regina Facchini, Marcelo Daniliauskas e Ana Cláudia Pilon, no artigo “Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões”, apresentam um mapeamento nacional dos estudos relacionados à sexualidade – e suas conexões com os estudos sobre mulheres, gênero e feminismo -, incluindo um levantamento de quase mil grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq). É objetivo dos autores analisar os impactos e singularidades da evidente expansão dos estudos sobre sexualidade no Brasil e suas relações com os processos sociais e políticos em âmbitos nacional e internacional, que cada vez mais têm apontado a centralidade dos debates acerca de direitos sexuais e reprodutivos na esfera pública.